CONSERVADORISMO CONTÁBIL: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS EMPRESAS LISTADAS NA BOLSA DE VALORES CHINESAS

ACCOUNTING CONSERVATISM: AN ANALYSIS OF THE RESULTS OF LISTED COMPANIES IN THE CHINESE STOCK EXCHANGE

Recebido em 13.09.2010 | Aceito em 23.03.2011 | Segunda versão aceita em 24.11.2011 |

Nota: este artigo foi aceito pelos Editores Romualdo Douglas Colauto e Ademir Clemente e passou por uma avaliação *double blind review*

A reprodução dos artigos, total ou parcial, pode ser feita desde que citada a fonte.

JOMAR MIRANDA RODRIGUES

Doutorando do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis - UNB, UFPB e UFRN | Professor do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília - UnB. | Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro | Prédio da FACE|- 70910-000 |Brasília-DF | Tel. (61) 3107-0796 | E-mail: jomar@unb.br |

JORGE KATSUMI NIYAMA

Doutor em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP com pós doutorado pela Universidade de Otago (Nova Zelândia) | Professor da Universidade de Brasília e do Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis - UnB, UFPB e UFRN | Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro |Prédio da FACE| 70910-000 |Brasília-DF | Tel. (61) 3107-0798 | E-mail: jkatsumi@unb.br|

PEDRO HENRIQUE DUARTE OLIVEIRA

Mestre em Contabilidade pelo Multiinstitucional e Inter-regional de Pós Graduação em Ciências Contábeis - UNB, UFPB e UFRN | Campus Universitário Darcy Ribeiro | Prédio da FA – 2º Andar | Salas B1-02 | Asa Norte | Brasília-DF | CEP: 70910-900 | Telefone: (61) 3107-0798. | E-mail: pedroduarte@unb.br |

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de avaliar o grau de convergência entre as normas contábeis emitidas pela China e as normas internacionais do IASB (International Accounting Standard Board). Para fins dessa proposta,

comparamos os padrões locais e os internacionais, com a finalidade de verificar a harmonia dos resultados sob as normas contábeis da China e as internacionais, sendo utilizadas as reconciliações do lucro líquido, em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB. Assim, utilizou-se um indicador de “conservadorismo”, e um indicador parcial de conservadorismo, que serviram de parâmetros para a comparabilidade dos resultados obtidos pelos padrões locais e internacionais. A análise revelou que as normas chinesas apresentam divergências quando comparadas aos padrões do IASB. Entretanto, para confirmar estas divergências, utilizamos o indicador de “conservadorismo” para ratificar ou não a aderência da convergência às normas internacionais. Este indicador mostrou que a amostra das empresas pesquisadas, quando utilizam as normas chinesas, resulta em um lucro mais conservador em relação ao resultado reconciliado com os padrões internacionais editados pelo IASB.

Palavras-chave: Contabilidade Internacional. China. Indicador de Conservadorismo. Convergência Contábil.

ABSTRACT

This research aims to evaluate the degree of convergence between the accounting standards issued by China and international standards of the IASB (International Accounting Standard Board). For this purpose, we compare the local and international standards, in order to check the harmony of the results under the accounting standards of China and the international edited by the IASB. For this comparison, we adopted the reconciliations of net income disclosed by companies that have B-type shares traded on the Stock Exchange of Shenzhen, the reconciliations were obtained in accordance with international accounting standards published by IASB. After that, we used "conservatism" index and conservatism partial index, which served as parameters for the results obtained by local and international standards. As verified in the comparison of standards, the Chinese differ when compared to the standards of the IASB. However, to confirm these differences, the "conservatism" index or not ratified the adhesion of convergence with international standards. This index showed that the sample of surveyed companies, when they use the Chinese standards, resulting in a profit more conservative compared to the results reconciled with the international standards published by IASB.

Keywords: International Accounting. China. Conservatism Index. Accounting Convergence.

1 INTRODUÇÃO

A China é, entre os principais países emergentes classificados por Wilson e Purushothaman (2003) quando afirmam que os países que compõem o BRIC (sigla que identifica o Brasil, Rússia, Índia e China) superarão o crescimento dos países que compõe o G6 (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália e Reino Unido) nos próximos 50 anos, um emergente que está com amplo destaque na economia mundial. Tal fato se deve ao ato iniciado a partir da reforma econômica, ocorrida em 1978.

Para se ter idéia deste crescimento, o Produto Interno Bruto Chinês aumentou cerca de 15% ao ano, entre o início da reforma econômica e 2004, pois teve incremento de 37 vezes em 26 anos (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2005).

Wilson e Stupnytska (2007) destacam que em 2006 a China ocupava a quarta posição econômica no mundo com um PIB de 2,68 trilhões de dólares, atrás dos EUA (USD 13,25 trilhões), Japão (USD 4,34 trilhões) e Alemanha (USD 2,85 trilhões), e com previsão para ser a economia mais desenvolvida a partir de 2035, com mais de USD 34 trilhões estimados.

Com este crescimento significativo, a China tem sido um dos países emergentes que mais tem praticado o comércio com diversos países pelo mundo. Para isto, diversos usuários utilizam das informações das empresas para tomada de decisão, o que se torna necessário o entendimento das demonstrações contábeis. Neste sentido, a China, como diversos países pelo mundo, iniciou seu processo de convergência contábil aos padrões internacionais editados pelo IASB (*International Accounting Standard Board* – Comitê Internacional de Padrões Contábeis).

A convergência contábil é um dos maiores desafios diagnosticados pelos pesquisadores em diversos estudos. Dentre eles, McLeay, Neal e Tollington (1999) distinguem a convergência da padronização da contabilidade internacional, sendo que padronização subentende-se como um movimento global para uniformização, enquanto que a convergência é entendida como movimento através da similaridade entre as escolhas entre as alternativas de tratamento contábil.

Nesse contexto, o objetivo do trabalho é verificar a aderência dos padrões de reconhecimento, mensuração e evidenciação chineses com os padrões internacionais de contabilidade, como a sua convergência com os padrões editados pelo IASB (*International Accounting Standard Board* – Comitê Internacional de Padrões Contábeis) por meio de revisão da literatura atualizada e especializada, bem como de recentes estudos em contabilidade realizados China. Para que este objetivo fosse concebido, procurou-se utilizar o indicador de conservadorismo e o indicador parcial de conservadorismo.

O presente artigo limita-se a verificar o grau de conservadorismo contábil dos *financial reporting* das empresas chinesas comparado com as normas internacionais editadas pelo IASB, pois estudos sobre o ambiente legal e regulamentar, educação e profissão contábil já foram abordado em outros trabalhos (MELLO, SANTOS, NIYAMA, 2005; NIYAMA, *et al*, 2007; RODRIGUES, NIYAMA, 2008).

O artigo está dividido em seis seções. Após a introdução, é apresentado o comparativo dos padrões contábeis chineses e os padrões internacionais equivalentes. A terceira seção apresenta o conceito de conservadorismo contábil utilizado no trabalho. A quarta seção apresenta a amostra e metodologia aplicada à reconciliação dos resultados. Já na quinta seção, discorre sobre as análises dos indicadores propostos, bem como a sintonia com os padrões internacionais de contabilidade. Finalmente, a última seção apresenta as considerações finais e sugestões para estudos e pesquisas futuras.

2 PADRÕES CONTÁBEIS CHINESES E IFRS EQUIVALENTES

Segundo Huang e Ma (2001), os Padrões Uniformes de Contabilidade foram revisados em 1981 (sendo editados em sua primeira versão em 1950s), incluindo contas adicionais, modificando as demonstrações financeiras e implantando novos procedimentos, além de apresentar, em sua primeira vez no balanço patrimonial, a evidenciação de empréstimos bancários e o patrimônio da empresa, bem como os tributos e lucros retidos na demonstração do resultado.

Segundo Scapens e Hao (1995), neste momento, a contabilidade internacional, baseado em convenções internacionais, começou influenciar a contabilidade na China, uma vez que as *joint ventures* utilizavam um sistema de contabilidade baseado nas convenções internacionais. Desse modo, a “Regulamentação Contábil para *Joint Ventures* que utilizam Investimentos Chineses e

Estrangeiros” é a percussora do processo de reforma contábil, pois incluiu pela primeira vez, elementos nos padrões chineses, como: princípios contábeis, conceito de capital e a equação contábil ‘Ativo = Passivo + Patrimônio’.

Este modelo contábil apresentou uma melhor convergência com conceitos de mensuração e evidenciação exigidos pela típica contabilidade ocidental. Com esta convergência e confiabilidade, o modelo foi decisivo para que investidores estrangeiros começassem a aplicar seus recursos na República Popular da China.

A demanda por informações pelos investidores estrangeiros resultou na emissão, pelo Ministério das Finanças, dos Padrões Contábeis para Atividades Empresariais – ASBE (*Accounting Standards for Business Enterprise*), contemplando as normas e princípios contábeis aplicados as empresas, em 1992. Desde então o este ministério tem emitido padrões com finalidade de normatizar e regulamentar a contabilidade Chinesa. Estes padrões contemplavam um padrão básico, mais 16 padrões específicos, envolvendo os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação.

Entretanto, em 15 de fevereiro de 2006, o Ministério das Finanças da RPC emitiu mais 22 padrões contábeis para as empresas listadas (aplicável a demais empresas), com adoção obrigatória a partir de Janeiro de 2007.

Os novos padrões envolvem a revisão do padrão básico, bem como a revisão de 16 padrões emitidos anteriormente e a emissão de 22 novos padrões específicos. Além do padrão básico, o novo sistema ficou composto de 38 padrões específicos, sendo o sistema anterior composto de um padrão básico e 16 padrões. Conforme Guliang e Rich (2006) “os novos padrões estão substancialmente na linha dos padrões internacionais (IFRS), embora muitas diferenças ainda permaneçam”. Algumas empresas de auditoria, como a Ernst e Young (2006) e Deloitte (2006), identificaram quais padrões contábeis do IASB são equivalentes aos padrões contábeis chineses, conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Normas chinesas equivalentes às normas internacionais editadas pelo IASB

China	Descrição do Padrão	Equivalente IASB
Básico	Estrutura de Preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras	Framework
ASBE 1(*)	Inventário	IAS 2
ASBE 2(*)	Investimentos de Longo Prazo	IAS 27, 28, 31 e 39
ASBE 3	Investimento em Propriedade	IAS 40
ASBE 4(*)	Ativos Fixos	IAS 16
ASBE 5	Ativos Ambientais	IAS 41
ASBE 6(*)	Ativos Intangíveis	IAS 38
ASBE 7(*)	Ativos Não Monetários	IAS 16
ASBE 8	<i>Impairment</i> de Ativos	IAS 36
ASBE 9	Benefícios a empregados	IAS 19
ASBE 10	Plano de Benefícios	IAS 26
ASBE 11	Pagamento em ações	IAS 2
ASBE 12(*)	Reestruturação de dívidas	IAS 39
ASBE 13(*)	Contingências	IAS 37
ASBE 14(*)	Receitas	IAS 18
ASBE 15(*)	Contratos de Construção	IAS 11
ASBE 16	Subvenção Governamental	IAS 20
ASBE 17(*)	Custo de Empréstimos	IAS 23
ASBE 18	Tributação sobre o Lucro	IAS 12
ASBE 19	Transações em moeda estrangeira	IAS 21
ASBE 20	Combinação de Negócios	IFRS 3
ASBE 21(*)	<i>Leasing</i>	IAS 17
ASBE 22	Reconhecimento e Mensuração de Instrumentos Financeiros	IAS 39
ASBE 23	Preço de transferências	IAS 39
ASBE 24	<i>Hedging</i>	IAS 39
ASBE 25	Contrato de Seguro	IFRS 4
ASBE 26	Contrato de Resseguro	IFRS 4
ASBE 27	Extração de Gás e Petróleo	IFRS 6
ASBE 28(*)	Mudanças nas políticas contábeis, estimativas e erros	IAS 8
ASBE 29(*)	Eventos após o encerramento do Balanço	IAS 10
ASBE 30	Apresentação das Demonstrações Financeiras	IAS 1
ASBE 31(*)	Demonstração do Fluxo de Caixa	IAS 7
ASBE 32(*)	Demonstração Financeira Intermediária	IAS 34
ASBE 33	Demonstrações Financeiras Consolidadas	IAS 27
ASBE 34	Lucro por ações	IAS 33
ASBE 35	Relatório por segmento	IAS 14
ASBE 36(*)	Evidenciação das partes relacionadas	IAS 24
ASBE 37	Apresentação dos Instrumentos Financeiros	IAS 32 e IFRS 7
ASBE 38	Primeira utilização dos Padrões Contábeis	IFRS 1

(*) Padrões editados anterior a revisão do ASBE e da emissão de novos padrões específicos em 2006.

A partir da normatização contábil mais detalhada editada em 1992, os novos padrões contábeis estabelecidos pelo Ministério das Finanças da China em fevereiro de 2006 são um grande avanço de convergência e harmonização contábil em relação às normas internacionais editadas pelo IASB e apresentados pelas empresas listadas nas bolsas chinesas (LI, 2006).

Entretanto, ainda pairam divergências significativas (GULIANG; RICH, 2006); dentre elas, o *impairment* de ativos e a combinações de negócios. Para Deloitte (2006), são 13 as normas que ainda apresentam divergências (Tabela 2).

Tabela 2 – Normas que apresentam diferenças: RPC GAAP e IASB

Descrição da Norma	RPC GAAP	IASB
Investimentos de Longo Prazo	ASBE 2	IAS 27, 28, 31 e 39
Investimento em Propriedade	ASBE 3	IAS 40
Ativos Fixos	ASBE 4	IAS 16
Ativos Ambientais	ASBE 5	IAS 41
Ativos Intangíveis	ASBE 6	IAS 38
<i>Impairment</i> de Ativos	ASBE 8	IAS 36
Pagamento em ações	ASBE 11	IAS 2
Contratos de Construção	ASBE 15	IAS 11
Custo de Empréstimos	ASBE 17	IAS 23
Publicação em moeda estrangeira	ASBE 19	IAS 21
Combinação de Negócios	ASBE 20	IFRS 3
Leasing	ASBE 21	IAS 17
Primeira utilização dos Padrões Contábeis	ASBE 38	IFRS 1

Fonte: elaborado pelos autores.

A análise preliminar entre os padrões já é um indicativo que, apesar do grande passo dado rumo à convergência, conforme destacado por Li (2006), ainda pairam divergências, que podem alterar o resultado e a posição financeira e contábil das empresas da República Popular da China.

3 CONSERVADORISMO CONTÁBIL

3.1 INDICADOR DE CONSERVADORISMO

Ao comparar a reconciliação do lucro divulgada pelas empresas, em conformidade com as normas internacionais editadas pelo IASB, surgem algumas diferenças devido aos itens que forem reconciliados.

Assim, Gray (1980) destaca que o indicador de “conservadorismo” tem a finalidade de fornecer um parâmetro para comparar a mensuração do lucro entre diversos países. Adicionalmente, diversos autores (WEETMAN; GRAY, 1990, 1991; WEETMAN, ADAMS, GRAY, 1993; ADAMS, WEETMAN, GRAY, 1993; COOKE, 1993; HELLMAN, 1993; NORTON, 1995) utilizaram o indicador com metodologia similar para comparar outros países com padrões americanos ou internacionais.

O indicador de “conservadorismo” é obtido com aplicação da seguinte equação:

$$IC = 1 - \left(\frac{\text{lucro IFRS} - \text{lucro RPC GAAP}}{\text{lucro IFRS}} \right)$$

Os resultados obtidos da equação, o Indicador de Conservadorismo, deverão ser interpretados em três óticas: (1) O lucro é menos “conservador” nos padrões chineses do que nos padrões internacionais: Quando o indicador de conservadorismo resultar em um valor maior que 1, indica que o lucro líquido demonstrado com base no RPC GAAP é superior ao lucro líquido obtido após a reconciliação do lucro com base nos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB; (2) O lucro é mais “conservador” nos padrões chineses do que nos padrões internacionais: quando o indicador resultante for um valor menor que 1, indica que o lucro líquido demonstrado com base no RPC GAAP é inferior ao lucro líquido obtido após a reconciliação do lucro com base nos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB; (3) Não se aplica o indicador de “conservadorismo”, pois não existem divergências entre os lucros: quando o indicador for igual a 1,

indica que a empresa não apresenta nenhuma diferença quando reconcilia o seu lucro líquido para os padrões internacionais de contabilidade.

3.2 INDICADOR PARCIAL DE “CONSERVADORISMO”

Com a finalidade de melhor identificar os ajustes mais significativos na reconciliação, tem-se o seguinte indicador parcial para itens reconciliados, conhecido como intermediário (STREET; NICHOLS; GRAY, 2000):

$$IP=1-\left(\frac{\text{Ajuste parcial}}{\text{lucro IFRS}}\right)$$

Onde: Ajuste parcial é obtido pelo valor da reconciliação do lucro;
Lucro IFRS é o lucro final (e conforme as normas internacionais) após as reconciliações do lucro.

Com a característica similar ao indicador de conservadorismo, indicador parcial tem interpretação semelhante ao indicador de “conservadorismo”, pois: (1) Valores inferiores a 1 indicam que o ajuste aumenta o lucro após a reconciliação com base nos padrões internacionais de contabilidade editados pelo IASB; o que sugere que o ajuste efetuado está tornando o padrão da RPC menos “conservador” que os padrões internacionais; (2) Quando o indicador parcial for maior que 1, indicará que o ajuste diminui o lucro após a reconciliação; ou seja, o ajuste efetuado está tornando o padrão da RPC mais “conservador” que os padrões internacionais; (3) Quando o indicador for igual a 1, indica que a empresa não apresenta nenhuma diferença quanto ao ajuste parcial.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 CARACTERIZAÇÃO E PERFIL DA AMOSTRA

A Bolsa de Valores de *Shenzhen*, criada em 1990, tem 621 empresas listadas (em 31/12/2006), sendo 556 com ações do tipo A e 55 empresas com ações do tipo B. As empresas listadas e que operam com ações do tipo B são obrigadas, conforme os artigos 22 e 23 da Lei Contábil Chinesa (CASC, 2006), a emitir suas demonstrações financeiras em língua inglesa e reconciliar o lucro de acordo com as normas internacionais.

Choi e Meek (2005, p. 128) afirmam que as “as empresas listadas que emitem ações para investidores estrangeiros (ações tipo B) deverão disponibilizar os relatórios anuais no CSRC Web Site (www.csrc.gov.cn), em versões nas línguas inglesa e chinesa”. No entanto, ao consultar o sítio supracitado, não foi possível encontrar os dados relativos a nenhuma empresa listadas em Xangai ou *Shenzhen*. Foi possível identificar as empresas listadas no China Stock Markets Web, sendo possível separar aquelas empresas com ações do tipo B listadas nas Bolsas de *Shenzhen*.

Não foi possível encontrar nenhum *Financial Reporting* das empresas listadas em Xangai, para o exercício financeiro de 2006. Ao pesquisar sobre a disponibilidade dos *Financial Reporting* da Bolsa de Valores de *Shenzhen*, dentre as 55 empresas listadas com ações tipo B, foram obtidos 48 relatórios anuais e resumos, referentes ao ano de 2006.

Assim, dentre os dados coletados (pois o presente estudo utilizou desta amostra de 48 empresas listadas em *Shenzhen*) foram explorados os principais indicadores presentes nos *Financial Reporting* das empresas, os quais apresentam a reconciliação do lucro local (RPC GAAP) para o lucro conforme os padrões internacionais de contabilidade estabelecidos pelo IASB (IFRS).

5 ANÁLISE E RESULTADOS

5.1 QUANTO AO CONSERVADORISMO CONTÁBIL

Conforme resultante do conservadorismo proposto por Gray (1980), os lucros reconciliados das empresas listadas na Bolsa de Valores de *Shenzhen* resultaram em 48 indicadores de “conservadorismo”, conforme exposto na tabela 3 – IC das empresas pesquisadas.

Tabela 3 – IC das empresas pesquisadas

Empresa	IC	Empresa	IC	Empresa	IC
01	0,98	17	1,19	33	0,55
02	0,78	18	1,01	34	1,01
03	0,92	19	1,00	35	0,94
04	0,93	20	0,74	36	0,97
05	1,02	21	0,92	37	0,94
06	0,95	22	(0,37)	38	1,04
07	0,99	23	1,86	39	1,16
08	1,08	24	1,03	40	1,00
09	0,81	25	1,00	41	1,06
10	0,90	26	1,88	42	0,69
11	0,22	27	1,00	43	1,14
12	0,57	28	0,82	44	0,78
13	1,80	29	0,98	45	0,75
14	1,00	30	0,98	46	0,83
15	0,91	31	1,12	47	0,46
16	0,56	32	1,00	48	2,33

Os indicadores foram arredondados na segunda casa decimal.

A descrição das empresas encontra-se no apêndice A.

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao analisar os resultados da reconciliação do lucro constantes na tabela 3, observou-se que três empresas (as empresas 11, 22 e 47) tiveram indicadores de “conservadorismo” inferiores a 0,50, ou seja, após a reconciliação do lucro em conformidade com as normas internacionais, os resultados foram bem discrepantes, sendo influenciados por ajustes de exclusão das partes minoritárias do resultado e dos impostos diferidos.

De outra forma, quatro empresas tiveram indicadores superiores a 1,5 (as empresas 13, 23, 26 e 48), resultantes principalmente dos ajustes referentes aos impostos diferidos e reversão de perdas por *impairment*. Além disto, após a análise das 48 empresas (os *Financial Reporting*), as empresas foram agrupadas em três níveis, conforme explicado anteriormente, na tabela 3, em menos conservadoras e mais conservadoras e neutras, e consolidados no quadro 1, a seguir.

Mais conservadora ($IC < 1$)	27
Menos conservadora ($IC > 1$)	15
Neutra ($IC = 1$)	6

Quadro 1 – Indicador de conservadorismo

Fonte: elaborado pelos autores.

É importante destacar que das 48 empresas estudadas, apenas 3 empresas (as empresas 14, 19 e 40) declararam não haver nenhuma divergência entre o lucro líquido registrado em suas demonstrações financeiras e o valor do lucro líquido reconciliado pelos padrões internacionais de contabilidade. Outras 3 empresas (empresas 25, 27 e 32) tiveram um impacto bem discreto, caracterizando-se como empresa com IC praticamente neutro; ou seja, com o indicador igual a 1.

De outra forma, analisados os setores conforme o quadro 2, foi possível identificar que mais de 81,25% das empresas (39 das 48 analisadas) atuam no Setor Industrial (indústria pesada) e de Consumo (incluindo Consumo / Sazonal).

Setor	IC=1	IC<1	IC>1	Total
Aérea			1	1
Consumo	1	5	2	8
Consumo / Sazonal	4	7	6	17
Imobiliário		3	1	4
Industrial	1	9	4	14
Materiais Básicos		1		1
Petróleo		1		1
Telecomunicações		1		1
Utilidades			1	1
Total geral	6	27	15	48

Quadro 2 – Indicadores por Setor

Fonte: elaborado pelos autores.

Estes três grupos de empresas puderam ser classificados como “mais conservadores”, pois 27 empresas tiveram seu “indicador de conservadorismo” menor que 1; enquanto apenas 15 empresas resultaram em indicadores maiores que 1, sugerindo serem “menos conservadoras” quando o resultado obtido pela reconciliação do lucro RPCGAAP comparado com o lucro IFRS.

O quadro 3 apresenta uma distribuição de frequência dos indicadores de conservadorismo, com objetivo de quantificar os itens mais discrepantes; ou seja, os que mais se diferenciam do lucro nos padrões locais.

Relação da distribuição do lucro	IC	Total
Lucro no RPC GAAP é menor em pelo menos 10% que o Lucro no IFRS	$IC \leq 0,90$	15
Lucro no RPC GAAP é de 5% a 10% menor que o Lucro no IFRS	$0,90 < IC \leq 0,95$	7
Lucro no RPC GAAP é até 5% menor que o Lucro no IFRS	$0,95 < IC \leq 1,00$	5
Lucro no RPC GAAP é o mesmo que Lucro no IFRS	$IC = 1$	6
Lucro no RPC GAAP é até 5% maior que o Lucro no IFRS	$1,00 < IC \leq 1,05$	5
Lucro no RPC GAAP é de 5% a 10% maior que o Lucro no IFRS	$1,05 < IC \leq 1,10$	2
Lucro no RPC GAAP é maior em pelo menos 10% que o Lucro no IFRS	$IC > 1,10$	8

Quadro 3 – Relação da Distribuição do Lucro Total do Indicador de Conservadorismo (IC)

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir do quadro 3, observa-se que apenas 33,33% da amostra (16 das 48 empresas analisadas) o lucro reconciliado tem uma variação absoluta inferior a 5%, o que indica um fator significativo a ser considerado sobre as questões de harmonização das normas contábeis.

5.2 QUANTO AO INDICADOR PARCIAL DE CONSERVADORISMO

A tabela 4, a seguir, detalha as 27 categorias de ajustes que foram identificadas em relação a reconciliação do lucro líquido, nos principais indicadores divulgados nos resumos dos relatórios anuais da amostra selecionada.

Além disto, tabela 4 destaca a relação de ajustes efetuados, ou seja, a reconciliação do lucro com base no RPC GAAP para os padrões internacionais do IASB (R01 a R27), resultando num total de 195

ajustes efetuados em todas as empresas, sendo que 90 reduzem o lucro e 105 aumentaram o lucro quando reconciliados para os padrões internacionais.

Tabela 4 – Análise dos itens reconciliados (Indicadores Parciais - IP): causas das diferenças no lucro líquido entre os resultados conforme RPC GAAP e IFRS

Ajuste	Itens reconciliados	IP > 1	IP < 1	Nº de Incidência total	% de incidência no total de empresas
R01	Ajuste do Ativo Fiscal Diferido – Impostos Diferidos	7	19	26	54%
R02	Outros Ajustes	12	14	26	54%
R03	Ajuste do <i>Goodwill</i> (<i>Goodwill</i> negativo)	9	7	16	33%
R04	Ajuste de Partes Minoritárias	6	8	14	29%
R05	Ajuste de Avaliação de investimentos - valor justo	9	5	14	29%
R06	Ajuste de Combinação de Negócios	5	7	12	25%
R07	Ajuste de Subvenção Governamental	3	7	10	21%
R08	Ajuste de Depreciação do ativo permanente	6	2	8	17%
R09	Ajuste do Ativo Permanente	3	5	8	17%
R10	Ajuste de Amortização do Intangível	4	3	7	15%
R11	Ajuste de Gastos de reestruturação	1	5	6	13%
R12	Ajuste de Capitalização de juros	2	3	5	10%
R13	Ajuste de Avaliação de Instrumentos Financeiros	3	2	5	10%
R14	Ajuste de Lucro Diferido	2	2	4	8%
R15	Ajuste de Gastos pré-operacionais	2	2	4	8%
R16	Ajuste de Benefício de Pensão Definida	4	0	4	8%
R17	Ajuste de Reserva superavitária	2	2	4	8%
R18	Ajuste de Reversão de <i>Impairment</i> do Permanente	1	2	3	6%
R19	Ajuste de Reserva de capital	0	3	3	6%
R20	Ajuste de Gastos Diferidos	3	0	3	6%
R21	Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	2	0	2	4%
R22	Ajuste de Ações disponíveis para venda	1	1	2	4%
R23	Ajuste de Reavaliação do Intangível	1	1	2	4%
R24	Ajuste de Equivalência patrimonial	0	2	2	4%
R25	Ajuste de Moeda Estrangeira	1	1	2	4%
R26	Ajuste de Provisão de Recebimentos Duvidosos	0	2	2	4%
R27	Ajuste de Reversão de Reavaliação	1	0	1	2%
	Total de ajustes nas empresas pesquisadas	90	105	195	100%

Fonte: elaborado pelos autores.

Os ajustes na coluna “número de incidência total” (amostra selecionada para discussão) são acumulados e indicam a frequência que cada ajuste aparece na amostra selecionada. Dentre eles, 12 tipos de ajustes (R01 a R13, excluindo outros ajustes) representam 10% do total das empresas (tabela 4); ou seja, aparecem como objeto de ajuste em pelo menos 10% das reconciliações encontradas nos resumos dos relatórios anuais.

A tabela 5 foi construída com intuito de identificar os ajustes que mais impactam os resultados; ou seja, quando o indicador parcial impacta na reconciliação do lucro de forma positiva (reduzindo o lucro IFRS) ou negativa (aumentando o lucro IFRS). Conforme exposto anteriormente, quando o indicador é superior a 1, diminui o resultado reconciliado com as normas internacionais editadas pelo IASB; quando é menor que 1, aumenta o lucro reconciliado.

Tabela 5 – Análise dos itens reconciliados (Indicadores de Parciais - *IP*): causas das diferenças no lucro líquido entre RPC GAAP e IFRS

	Itens reconciliados	Média do <i>IP</i>	Nº de Incidência
R01	Ajuste do Ativo Fiscal Diferido – Impostos Diferidos	0,94	26
R02	Outros Ajustes	1,05	26
R03	Ajuste do <i>Goodwill</i> (<i>Goodwill</i> negativo)	1,05	16
R04	Ajuste de Partes Minoritárias	0,99	14
R05	Ajuste de Avaliação de investimentos - valor justo	0,97	14
R06	Ajuste de Combinação de Negócios	0,80	12
R07	Ajuste de Subvenção Governamental	1,00	10
R08	Ajuste de Depreciação do ativo permanente	0,97	8
R09	Ajuste do Ativo Permanente	1,00	8
R10	Ajuste de Amortização do Intangível	0,90	7
R11	Ajuste de Gastos de reestruturação	0,92	6
R12	Ajuste de Capitalização de juros	0,94	5
R13	Ajuste de Avaliação de Instrumentos Financeiros	0,98	5
R14	Ajuste de Lucro Diferido	0,98	4
R15	Ajuste de Gastos pré-operacionais	0,97	4
R16	Ajuste de Benefício de Pensão Definida	1,14	4
R17	Ajuste de Reserva superavitária	0,85	4
R18	Ajuste de Reversão de <i>Impairment</i> do Permanente	1,38	3
R19	Ajuste de Reserva de capital	0,99	3
R20	Ajuste de Gastos Diferidos	1,61	3
R21	Ajuste de Títulos e Valores Mobiliários	1,08	2
R22	Ajuste de Ações disponíveis para venda	0,98	2
R23	Ajuste de Reavaliação do Intangível	1,00	2
R24	Ajuste de Equivalência patrimonial	0,99	2
R25	Ajuste de Moeda Estrangeira	0,96	2
R26	Ajuste de Provisão de Recebimentos Duvidosos	0,96	2
R27	Ajuste de Reversão de Reavaliação	1,00	1

Fonte: elaborado pelos autores.

É salutar destacar que os ajustes de impostos diferidos (R01) são decorrentes do critério de reconhecimento dos impostos sobre o lucro, pois até 2006, as normas chinesas ainda não haviam estabelecido regulamentação para tais registros.

Entretanto, a tabela 6 mostra os indicadores parciais que tiveram presença superior a 10%, pelo menos, nas empresas analisadas e que apresentaram divergências, os quais são considerados como mais ou menos conservadores.

Tabela 6 – *IP* dos R01 a R09

	R01	R03	R04	R05	R06	R07	R08	R09
IP<1	19	6	6	4	5	5	2	1
IP=1	2	4	3	3	4	3	1	5
IP>1	5	6	5	7	3	2	5	2
Total geral	26	16	14	14	12	10	8	8

Fonte: elaborado pelos autores.

Assim, os indicadores parciais dos impostos diferidos (R01) foram mais “conservadores” quando comparados com os padrões internacionais editados pelo IASB, uma vez que a tabela 6 demonstra que 19 ajustes (dentre os 26) totalizaram com IP<1.

Da mesma maneira, as demais reconciliações apresentam indicadores parciais maiores ou menores que 1, sendo difícil prever se os indicadores parciais (*IP*) são mais ou menos conservadores.

5.3 PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS EVIDENCIADAS PELAS EMPRESAS

Por meio da análise dos 12 principais ajustes destacados tabela 2, da seção 2, é possível identificar as normas Chinesas que estão relacionadas a eles, bem como a equivalente internacional. Assim, com base na tabela 5A (Normas que apresentam diferenças: RPC GAAP e IASB), estes ajustes ratificam ou não as divergências de normas contábeis entre os padrões locais e internacionais do IASB.

Assim, a tabela 7 destaca os indicadores parciais que estiveram freqüentes em pelo menos 10% das empresas. Procedendo a análise mais minuciosa dos *Financial Reporting*, tais divergências nas reconciliações podem ser justificadas, por uma ou mais empresas, procedimento que pode ratificar ou não a questão de convergência da normatização contábil e aderência às mesmas por parte das empresas listadas na Bolsa de Valores de *Shenzhen*.

Tabela 7 – Média dos Indicadores de Parciais (IP) mais freqüentes

R06	Ajuste de Combinação de Negócios	0,80
R10	Ajuste de Amortização do Intangível	0,90
R11	Ajuste de Gastos de reestruturação	0,92
R01	Ajuste do Ativo Fiscal Diferido – Impostos Diferidos	0,94
R12	Ajuste de Capitalização de juros	0,94
R03	Ajuste do <i>Goodwill</i> (<i>Goodwill</i> negativo)	1,05
R05	Ajuste de Avaliação de investimentos - valor justo	0,97
R08	Ajuste de Depreciação do ativo permanente	0,97
R13	Ajuste de Avaliação de Instrumentos Financeiros	0,98
R04	Ajuste de Partes Minoritárias	0,99
R07	Ajuste de Subvenção Governamental	1,00
R09	Ajuste do Ativo Permanente	1,00

Fonte: elaborado pelos autores.

Ao destacar os indicadores parciais que incidiram em pelo menos cinco empresas, ou seja, estiveram presentes em pelo menos 10% das empresas, conforme descrito anteriormente, verificou-se que metade deles (desconsiderando o R02 – outros ajustes) influencia o resultado reconciliado em 5% ou mais (R01, R03, R06, R10, R11 e R12). Outros seis indicadores parciais (R04, R05, R07, R08, R09 e R13) apresentam uma oscilação inferior a 5%.

Entretanto, dentre os ajustes efetuados pelas empresas pesquisadas e que não estão destacados na tabela 2, da seção 2, (Normas que apresentam diferenças: RPC GAAP e IASB), o ajuste de impostos diferidos, a subvenção governamental e os instrumentos financeiros são os que apresentam pequenas divergências.

Ao efetuar-se a análise exploratória dos resumos de *Financial Reporting*, quanto aos os ajustes destacados na tabela 7, destacam-se as seguintes considerações:

a) R01: Ativo Fiscal Diferido – Impostos Diferidos (ASBE 18 e IAS 12) – incidente em 26 empresas, influencia o resultado com indicador parcial de 0,94; ou seja, este ajuste indica que o RCP GAAP é mais “conservador” que as normas internacionais editadas pelo IASB. As empresas consultadas não reconhecem estes impostos pela competência, mas sim pelo método do pagamento de impostos. Neste método, as despesas do período corrente são as quantias pagas ou a pagar no período corrente apenas. Entretanto, pelas normas internacionais, a despesa não é somente a tributação do período corrente, mas a tributação que será paga no futuro, ou seja, a um imposto diferido. A partir da emissão do ASBE nº 18, os RPC GAAP foi exigido que as obrigações tributárias diferidas sejam reconhecidas;

b) R03: Ajuste do *Goodwill* (*Goodwill* negativo) e R06: Ajuste de Combinação de Negócios (ASBE 20 e IFRS 3) – o ajuste decorrente do *goodwill* influencia com um impacto no resultado, com indicador 1,05 (altera em 5% o resultado), sendo que a combinação de negócios nas empresas analisadas tem um indicador 0,80 (altera em 20%). O fato dos ajustes de *goodwill* serem tão altos, quando

comparado com outros ajustes, é decorrente da proibição da reversão da amortização por *impairment*. Já a combinação de negócios decorre de dois motivos: a comunhão de bens e o método da compra;

c) R04: Ajuste de Partes Minoritárias (ASBE 30 e IAS 1) – este ajuste representa uma alteração muito baixa na reconciliação do resultado; em média de 1% (indicador 1,01), mas com bastante frequência. Isto se deve a exigibilidade das normas chinesas de que sejam demonstrados os resultados das partes minoritárias em relatórios separados, enquanto que pelas normas internacionais os mesmos podem ser demonstrados conjuntamente;

d) R05: Ajuste de Avaliação de investimentos - valor justo (ASBE 3 e IAS 40) – também pouco expressivo, ou seja, com média de 3% (indicador 1,03) de aumento no lucro, sendo os ajustes decorrentes do critério de mensuração, uma vez que as empresas chinesas utilizam o valor justo e ao reconciliarem priorizam o método do custo;

e) R07: Ajuste de Subvenção Governamental (ASBE 16 e IAS 20) – a não harmonização das normas contábeis até o ano de 2006 é o fator de destaque para que este ajuste apareça em 10 das empresas analisadas. No entanto, os ajustes, em média, não influenciam (apresentam divergências) os resultados reconciliados para as normas internacionais;

f) R08: Ajuste de Depreciação do ativo permanente e R09: Ajuste do Ativo Permanente (ASBE 4 e IAS 16) – o ajuste aqui destacado representa uma redução de 3% no resultado(R08) ou nenhuma redução(R09). As divergências encontradas são devidas aos critérios de mensuração, ainda divergentes, pois enquanto as normas internacionais utilizam o método do custo, as normas chinesas utilizam o método da reavaliação. Porém, a partir de 2007 o método da reavaliação será permitido.

g) R10: Ajuste de Amortização do Intangível e R11: Ajuste de Gastos de reestruturação (ASBE 6 e IAS 38) – estes ajustes resultaram numa variação de 10% e 8% no resultado, respectivamente, de melhoria do lucro depois de reconciliado. Tais ajustes decorrem da divergência entre os padrões contábeis, pois enquanto pelo RPC GAAP os gastos incorridos durante o período são capitalizados, a IAS 38 estabelece que tais despesas sejam reconhecidas quando incorridas. Além disto, os resultados decorrentes de reestruturação são reconhecidos como reserva de capital pelos padrões chineses, enquanto que pelas normas internacionais são reconhecidos no resultado;

h) R12: Ajuste de Capitalização de juros (ASBE 17 e IAS 23) – a capitalização de juros reduz o lucro reconciliado em 6%, em média, devido a uma das empresas (nº 36) ter efetuado um ajuste expressivo. Este ajuste parcial foi mais “conservador” que as normas internacionais, pois as normas internacionais priorizam o reconhecimento como despesa enquanto que este ajuste estava sendo capitalizado por uma empresa específica.

i) R13: Ajuste de Avaliação de Instrumentos Financeiros (ASBE 22 e IAS 39) – até a edição dos padrões contábeis chineses em 2006, não havia um critério definido para a avaliação dos instrumentos financeiros. Assim, enquanto os padrões internacionais editados pelo IASB já avaliavam estes instrumentos pelo valor justo, os RPC GAAP apenas reconciliavam em conformidade com a IAS 39. Entretanto, estes ajustes melhoram o lucro reconciliado em 2% apenas.

Os demonstrações sobre a reconciliação do lucro são importantes por destacarem os ajustes que modificam o resultado da empresa em conformidade com os padrões internacionais do IASB, além de serem um indicativo da existência de diferenças entre os padrões contábeis locais e internacionais.

Apesar de envolver 87,27% das empresas com ações tipo B (48 em 55), e análise exploratória, sujeita a erros ou omissões por parte de contadores e/ou auditores independentes, devido a falta de exigibilidade de notas explicativas para todas as diferenças reconciliadas. Por meio da análise dos relatórios, observou-se que poucos justificam em notas explicativas as reconciliações efetuadas.

Por fim, a análise demonstrou que ainda pairam divergências entre os critérios de reconhecimento e mensuração contábil entre os padrões chineses e os padrões internacionais editados pelo IASB, os quais são de maiores destaques as questões sobre a combinações de negócios e o reconhecimento do imposto de renda, amortização do intangível e gastos com reestruturação.

6 CONCLUSÕES

A República Popular da China tem sido de grande representatividade no comércio mundial, uma vez que, conforme o Produto Interno Bruto (PIB) ocupa a quarta posição na economia mundial (WILSON; STUPNYTSKA, 2007). As normas internacionais de contabilidade editadas pelo IASB têm por finalidade reconhecer, mensurar e evidenciar as demonstrações financeiras das empresas, visando possibilitar aos usuários uma linguagem uniforme das informações das empresas listadas.

Para que fosse possível avaliar a convergência dos Padrões Contábeis Aplicado às Empresas Chinesas (ASBE) aos Padrões Internacionais de Contabilidade editados pelo IASB, foi necessário enumerar os padrões de contabilidade, tanto os do IASB, quanto os locais. Após levantar os padrões internacionais de contabilidade equivalentes ao ASBE, ou seja, cada padrão internacional e respectivo equivalente local, foi possível verificar que ainda pairam divergências quanto à harmonização dos padrões locais com os internacionais do IASB.

Avaliou-se, inclusive, que ainda restam algumas divergências, mesmo após a revisão dos padrões contábeis chineses, promovida em fevereiro de 2006, pelo Ministério das Finanças da China. As divergências remanescentes entre os padrões locais e os internacionais foram ser destacadas na Tabela 2 – Normas que apresentam diferenças: RPC GAAP e IASB.

Para confirmação destas divergências, foi utilizado um indicador de “conservadorismo” com a finalidade avaliar a aderência da convergência. O indicador mostrou que a maioria das empresas listadas na Bolsa de Valores de *Shenzhen*, com ações negociadas do tipo B, quando utilizam as normas chinesas, resultam em um lucro mais conservador que o resultado reconciliado com os padrões internacionais editados pelo IASB.

Também se avaliou que as principais características que apresentaram divergências são consequência da não revisão de algumas normas, que precisam ser harmonizadas com as internacionais, quais sejam: impostos diferidos, combinação de negócios, avaliação de ativos (*goodwill* amortizado, mas não permitida a reversão), gastos com reestruturação e a capitalização de juros.

Observou-se ainda que, apesar do enorme esforço da Republica Popular da China em harmonizar as normas contábeis com as normas internacionais de contabilidade editadas pelo IASB, conforme descrito neste trabalho, referentes à harmonização dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação chineses com as normas internacionais de contabilidade editadas pelo IASB, ainda permanecem divergências que são, conforme descrito pelo indicador criado por Gray (1980) e os resultados desta pesquisa, mais conservadores.

Finalmente, visando uma abordagem alternativa a tratada nesta pesquisa, seria oportuna o desenvolvimento de trabalhos contendo: a) análise da Bolsa de Valores de Xangai, inclusive verificando somente as ações do tipo A, uma vez que o objetivo das demonstrações de ações deste tipo é exclusivo de cidadãos chineses; assim, não haveria necessidade de reconciliação, mas divulgação das informações; b) a utilização da mesma metodologia a ações do tipo, na Bolsa de Valores de Xangai; c) a conversão das demonstrações contábeis, visando uma aplicação prática das reconciliações do lucro local para o lucro conforme as normas internacionais do IASB.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. A.; WEETMAN P.; GRAY, S. J. Reconciling national with international accounting standards: lessons from a study of finnish corporate reports. **European Accounting Review**, v.3, n.2, p.471-494, 1993.
- CHINA STOCK MARKETS WEB. Disponível em: <<http://www.hkex.com.hk/csm/homepage.asp?LangCode=en>> Acesso em: 11 set. 2006.
- CHINESE ACCOUNTING STANDARD COMMITTEE (CASC). Disponível em: <<http://en.casc.gov.cn/internet/internet/en.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2006.
- CHOI, Frederick D. S.; MEEK, Gary K. **International accounting**. 5. ed. EUA: Prentice Hall, 2005.
- COOKE, T. E. The impact of accounting principles on profits: the US versus Japan. **Accounting and Business Research**, n. 23 p.460-476, Autumn, 1993.
- DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. **China's new accounting standards: a comparison with PRC GAAP and IFRS**. August, 2006. Disponível em <<http://www.iasplus.com/country/china.htm>> Acesso em: 23 abr. 2007.
- ERNST & YOUNG. China boardroom briefing: new standards, new era. **The New Accounting Standards**. Special Edition, n. 1, Mar. 2006. Disponível em: <www.ey.com/china> Acesso em: 21 mai. 2007.
- GOLDMAN SACHS. Dreaming which BRICs: the path to 2050. **Global Economics**. Paper n. 99. Goldman Sachs, 2003.
- GRAY, S. J. The impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some European evidence. **Journal of Accounting Research**, n. 18, p.64-76, Spring, 1980.
- GULIANG, Tang; RICH, Anne J. China's accounting reforms: a big step forward in 2006. In: ASIAN PACIFIC CONFERENCE, n. 18, 2006, Hawaii, **Anais...**, Maui, Hawaii, 2006.
- HELLMAN, N. A Comparative Analysis of the Impact of Accounting Differences and Return on Equity. **European Accounting Review**, n. 3, p.495-530, 1993.
- HUANG, Allen; MA, Ronald. **Accounting in China in transition: 1949-2000**. World Scientific Publishing, Singapore, 2001.
- LI, Xiao-Ming. Convergence of China GAAP to IAS. **Journal of Modern Accounting and Auditing**. v. 2, n. 2, p. 12-16, Feb. 2006.
- MCLEAY, Stuart; NEAL, David; TOLLINGON, Tony. International standardization and harmonization: a new measurement technique. **Journal of International Management and Accounting**, v. 10, n.1, p. 42-70, 1999.
- MELLO, Maria Celeste Baptista de; SANTOS, Maria José; NIYAMA, Jorge Katsumi. A contabilidade e o ambiente legal e regulamentar na China. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 5., 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2005. Disponível em <<http://www.congressoeac.locaweb.com.br/artigos52005/314.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2007.
- NATIONAL BUREAU OF STATISTICS, 2005. China Statistical Yearbook. **China statistics press**. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/tjsj/ndsj/2005/indexeh.htm>>. Acesso em: 05 mai. 2007.
- NIYAMA, Jorge Katsumi, SALES, Isabel Cristina Henriques, RODRIGUES, Jomar Miranda, OLIVEIRA, Pedro Henrique Duarte. Educação contábil na China: tendência e perspectivas pós-reforma econômica. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v.9, p.1-13, 2007.
- NORTON, J. The impact of accounting practices on the measurement of profit and equity: Australia versus the United States. **Abacus**, v.3, n. 3, p. 178-200, 1995.

RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi. Convergência internacional: uma análise comparativa entre os padrões contábeis da china e do IASB. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2008. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos82008/267.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2008.

SCAPENS, Robert W.; HAO, Zhenping. Chinese accounting reform: reasons and effects. In: BLAKE, John; GAO, Simon (Edited). **Perspectives on accounting and finance in China**. London: Routledge, 1995.

STREET, Donna L.; NICHOLS, Nancy B.; GRAY Sidney J. Assessing the acceptability of international accounting standards in the US: an empirical study of the materiality of US GAAP reconciliations by Non-US companies complying with IASC standards. **The International Journal of Accounting**. v. 35, n. 1, p. 27-63, 2000.

THE WORLD FACTBOOK 2006. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook>> Acesso em: 21 fev. 2007.

WEETMAN, P.; ADAMS, C.A.; GRAY, S. J. Issues in international accounting harmonization, **Chartered Association of Certified Accountants**. Research Report, n. 33, 1993.

WEETMAN, P.; GRAY, S. J. A comparative international analysis of the impact of accounting principles of profits: the USA versus the UK, Sweden and the Netherlands. **Accounting and Business Research**, v. 84, n. 21, p. 363-379, 1991.

WEETMAN, P.; GRAY, S. J. International financial analysis and comparative accounting performance: the impact of UK versus US accounting principles on earnings. **Journal of International Financial Management and Accounting**, v.3, n.2, , p. 111-130, 1990.

WILSON, Dominic; PURUSHOTHAMAN, Roopa. Dreaming with BRICs: the path to 2050. **Global Economics**. Paper n. 99. Goldman Sachs, 2003.

WILSON, Dominic; STUPNYTSKA, Anna. The N-11: more than an acronym. **Global Economics**. Paper n. 153. Goldman Sachs, mar. 2007.

Apêndice A

Código	Nome da empresa
01	China International Marine Containers
02	Changhai Company, Limited
03	Anhui Gujing Distillery Company Limited
04	Dalian Refrigeration Co., Ltd.
05	Guangdong Provincial Expressway Development
06	Foshan Huaxin Packaging Co.,Ltd
07	Yantai Changyu Pioneer Wine Co.,Ltd
08	Chongqing Changan Automobile Company
09	Csg Holding Co, Ltd
10	Foshan Electrical And Lighting Co, Ltd
11	Guangdong Rieys Group Co, Ltd
12	Guangdong Sunrise Holdings Co, Ltd
13	Hainan Pearl River Holdings Co.,Ltd
14	Hainan Dadonghai Tourism Centre Co., Ltd
15	Hangzhou Steam Turbine Co.,Ltd
16	Hefei Meiling Co.,Ltd
17	Hubei Sanonda Co., Ltd
18	Jiangling Motors Co., Ltd
19	Konka Group Co.,Ltd
20	Livzon Pharmaceutical Group Co.,Ltd
21	Lu Thai Textile Co., Ltd
22	Nanjing Putian Telecommunications Co., L
23	Shandong Airlines Co.,Ltd
24	Shandong Chenming Paper Holdings Co.,Ltd
25	Shandong Zhonglu Oceanic Fisheries Co.,L
26	Shenzhen Accord Pharmaceutical Co., Ltd
27	Shenzhen Benelux Enterprise Co.,Ltd
28	Shenzhen China Bicycle Company(Holdings)
29	Shenzhen Chiwan Petroleum Supply Base Co
30	Shenzhen Chiwan Wharf Holdings Co.,Ltd
31	Shenzhen Fiyta Holdings Ltd.
32	Shenzhen Huafa Electronics Co., Ltd.
33	Shenzhen International Enterprise Co.,Ltd
34	Shenzhen Nanshan Power Station Co.,Ltd
35	Bengang Steel Plates Co.,Ltd
36	Boe Technology Group Co., Ltd
37	China Vanke Co., Ltd
38	Shenzhen Tellus Holding Co.,Ltd
39	Shenzhen Seg Co.,Ltd
40	Shenzhen Shenbao Industrial Co.,Ltd
41	Shenzhen Victor Onward Textile Industria
42	Shenzhen Textile (Holdings) Co., Ltd
43	Shijiazhuang Baoshi Electronic Glass Co.
44	Tsann Kuen(China)Enterprise Co.,Ltd
45	Wafangdian Bearing Company Limited
46	Weifu High-Technology Co.,Ltd
47	Wuhan Boiler Co.,Ltd
48	Wuxi Little Swan Co.,Ltd